



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de fraldas descartáveis infantis e geriátricas, bem como de itens de higiene infantil, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Santa Rosa de Lima/SE, na condição de órgão gerenciador, e da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima/SE, na condição de órgão participante, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde e educação, bem como a distribuição gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e o atendimento das demandas das unidades da Rede Municipal de Ensino, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.**

1.1 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD FMS	QTD PMSRL	QTD TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
01	Fralda descartável (INFANTIL M) – Fralda descartável, formato anatômico, com celulose, flocos em gel com alto poder de absorção, barreira protetora antivazamento com proteção extra, fechamento na cintura com fitas adesivas reposicionáveis, atóxica, hipoalergênica, peso 5 kg à 9 kg. Empacotadas conforme embalagem do fornecedor.	UND	8.000	6.600	14600	1,01	14.746,00
02	Fralda tamanho (INFANTIL G) – Fralda descartável, formato anatômico, com celulose, flocos em gel com alto poder de absorção, barreira protetora antivazamento com proteção extra, fechamento na cintura com fitas adesivas reposicionáveis, atóxica, hipoalergênica, peso 9 kg à 12 kg. Empacotadas conforme embalagem do fornecedor	UND	5.000	4.160	9160	1,04	9.526,40
03	Fralda descartável (INFANTIL EXTRAGRANDE (XG) – Fralda descartável, formato anatômico, com celulose, flocos em gel com alto poder de absorção, barreira protetora antivazamento com proteção extra, fechamento na cintura com fitas adesivas reposicionáveis, atóxica, hipoalergênica, peso acima 12 kg. Empacotadas conforme embalagem do fornecedor.	UND	3.000	2.880	5880	1,20	7.056,00
04	Fraldas Descartáveis Geriátricas (ADULTA M) – Fralda descartável, Tamanho M, 40 a 70 kg. Material com alto poder de absorção. Cobertura super protect: ajuda a prevenir vazamentos laterais. Além disso, é hipoalergênica e dermatologicamente testada: formulando de maneira a minimizar possível surgimento de alergia. Com controle de odor, Aloe Vera e proteção antivazamento: com barreiras laterais macias e impermeáveis que evitam vazamentos entre as pernas, faixa ajustável, fitas adesivas multiajustáveis, para uso adulto.	UND	13.000		13000	1,05	13.650,00



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

05	Fraldas Descartáveis Geriátricas (ADULTA G) – Fralda descartável, Tamanho G, acima de 70 kg. Material com alto poder de absorção. Cobertura super protect: ajuda a prevenir vazamentos laterais. Além disso, é hipoalergênica e dermatologicamente testada: formulando de maneira a minimizar possível surgimento de alergia. Com controle de odor, Aloe Vera e proteção antivazamento: com barreiras laterais macias e impermeáveis que evitam vazamentos entre as pernas, faixa ajustável, fitas adesivas multiajustáveis, para uso adulto.	UND	15.000		15000	1,09	16.350,00
06	Fraldas Descartáveis Geriátricas (ADULTA XG) – Fralda descartável, Tamanho EG, acima de 120 kg. Material com alto poder de absorção. Cobertura super protect: ajuda a prevenir vazamentos laterais. Além disso, é hipoalergênica e dermatologicamente testada: formulando de maneira a minimizar possível surgimento de alergia. Com controle de odor, Aloe Vera e proteção antivazamento: com barreiras laterais macias e impermeáveis que evitam vazamentos entre as pernas, faixa ajustável, fitas adesivas multiajustáveis, para uso adulto.	UND	16.000		16000	1,13	18.080,00
07	Fralda descartável tam. XXG infantil (13 a 16 kg) - composição em celulose, polímero superabsorvente (supergel absorvente), polipropileno, polietileno, elásticos, adesivo. Com barreiras laterais reforçadas com ajuste perfeito às perninhas do bebê, dando proteção extra e evitando vazamentos, com manta de absorção e boa quantidade interna de gel, possibilitando uma maior retenção de líquidos. Deverá apresentar elásticos laterais e fitas adesivas gruda e desgruda, sendo necessário abrir e fechar quantas vezes for necessário sem estragar a fralda. Formato anatômico, com até 10 horas de proteção, toque macio e dermatologicamente testado com registro no ministério da saúde. Devem ser fornecidas em embalagem lacrada e em quantidade unitária de acordo com o fabricante. Parâmetro de qualidade. Pacote com 18 unidades.	PCT		120	120	36,79	4.414,80
08	Fralda descartável tam. XXXG infantil (até 27 kg) - composição em celulose, polímero superabsorvente (supergel absorvente), polipropileno, polietileno, elásticos, adesivo. Com barreiras laterais reforçadas com ajuste perfeito às perninhas do bebê, dando proteção extra e evitando vazamentos, com manta de absorção e boa quantidade interna de gel, possibilitando uma maior retenção de líquidos. Deverá apresentar elásticos laterais e fitas	PCT		150	150	37,39	5.608,50



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

	adesivas gruda e desgruda, sendo necessário abrir e fechar quantas vezes for necessário sem estragar a fralda. Formato anatômico, com até 10 horas de proteção, toque macio e dermatologicamente testado com registro no ministério da saúde. Devem ser fornecidas em embalagem lacrada e em quantidade unitária de acordo com o fabricante. Parâmetro de qualidade. Pacote com 16 unidades.						
09	Creme para antiassadura, sem fragrância com parabenos, óleo de girassol, óleo de semente de uva e conservante que protege durante 10 horas	UND		300	300	14,27	4.281,00
10	Lençol com elástico para berço infantil tecido solf 100% algodão para colchão padrão de berço	UND		150	150	27,17	4.075,50
11	Lençol sem elástico para berço infantil tecido solf 100% algodão para colchão padrão de berço	UND		120	120	23,51	2.821,20
12	Lenço umedecido com 48 unidades hipoalergênico com fórmula pura e com pró-vitamina b5, com formulação de 97% à base de água e livre de álcool	UND		400	400	14,06	5.624,00
13	Colônias infantis - fragrâncias suaves e segura, desenvolvidas especialmente para a pele sensível e dermatologicamente testado, com embalagem de 100ml, caixa contendo 12 unidades.	CX		300	300	222,61	66.783,00
14	Pente para pentear dentes largos cores variadas	UND		120	120	2,04	244,80
15	Escova para pentear desembarcadora para todos os tipos de cabelos	UND		120	120	6,35	762,00
16	Shampoo infantil – embalagem plástica com 250ml, fragrância suave, testado dermatologicamente. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, caixa c/ 12 unidades	UND		300	300	10,74	3.222,00
17	Condicionador infantil – embalagem plástica com 250ml, fragrância suave, testado dermatologicamente. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, caixa c/ 12 unidades	UND		300	300	10,57	3.171,00
18	Sabonete líquido infantil – 200ml glicerinado, de baixa irritação dérmica, fragrância suave, indicado para bebês. Embalagem individual, contendo nome do fabricante, data de fabricação e data de validade, embalagem com 30 unidades	UND		1600	1600	14,58	23.328,00
19	Toalha para banho infantil macia, com estampas coloridas, com tamanho adequado 105x 125cm, felpuda 100% algodão.	UND		150	150	24,92	3.738,00
20	Creme dental infantil - com flúor, ação bacteriana, peso líquido mínimo de 50g, embalagem de papelão com identificação do produto, marcado fabricante, data de fabricação	UND		500	500	4,05	2.025,00



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

	e prazo de validade.						
21	Escova dental de material de cerdas de nylon macia, com cabo reto apresentando o comprimento aproximadamente de 15cm, no formato anatômico. Embalada individualmente bem lacrado, apresentando descrição do lote, data de vencimento e fabricação.	UND		500	500	2,98	1.490,00
ESTIMATIVA TOTAL						R\$ 210.997,20	

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Da Necessidade

A presente contratação fundamenta-se na necessidade permanente de garantir o fornecimento de fraldas descartáveis infantis e geriátricas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS cadastrados e acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Santa Rosa de Lima/SE, assegurando a continuidade das ações assistenciais desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde e demais serviços municipais.

As fraldas descartáveis constituem insumos essenciais para pacientes acometidos por limitações temporárias ou permanentes de mobilidade, idosos, crianças, pessoas com deficiência, pacientes acamados, portadores de doenças neurológicas, sequelas decorrentes de acidentes, doenças degenerativas, enfermidades crônicas e demais usuários que necessitam de cuidados contínuos relacionados ao controle da eliminação fisiológica.

O fornecimento regular desses insumos representa importante instrumento de promoção da saúde, prevenção de complicações clínicas, redução de infecções, prevenção de dermatites associadas à umidade, diminuição do risco de lesões por pressão, melhoria das condições de higiene, preservação da dignidade humana e fortalecimento das políticas públicas de assistência à saúde.

Além dos benefícios diretamente relacionados ao usuário, a disponibilização gratuita das fraldas reduz significativamente a sobrecarga financeira imposta às famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo maior inclusão, proteção social e efetividade das ações desenvolvidas pelo Município.

Sob a ótica administrativa, a ausência desses insumos comprometeria o funcionamento regular da assistência prestada pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ocasionar aumento da demanda hospitalar, agravamento do estado clínico dos pacientes, crescimento das demandas judiciais envolvendo fornecimento de insumos médicos e prejuízo ao cumprimento das obrigações constitucionais atribuídas ao Poder Público.

A contratação encontra respaldo nos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, planejamento, economicidade, supremacia do interesse público e proteção da dignidade da pessoa humana, constituindo medida indispensável para assegurar a efetividade das políticas públicas municipais de saúde.

Nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, sendo obrigação da Administração Pública implementar ações destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

A presente contratação encontra-se prevista no planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e está compatível com os objetivos institucionais do Município, observando as disposições do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima/SE, a presente contratação justifica-se pela necessidade de



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

assegurar o fornecimento contínuo de fraldas descartáveis infantis e itens de higiene infantil destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, especialmente aquelas que atendem crianças da educação infantil. Esses materiais são indispensáveis para a realização dos cuidados básicos de higiene, troca de fraldas e manutenção das condições adequadas de saúde, conforto e bem-estar dos alunos que, em razão da faixa etária, ainda necessitam de assistência durante sua permanência no ambiente escolar.

A disponibilização desses insumos contribui diretamente para a promoção de um ambiente escolar seguro, saudável e adequado ao desenvolvimento infantil, permitindo que os profissionais da educação realizem os cuidados necessários de forma eficiente e humanizada. Além disso, a contratação visa garantir a continuidade das atividades pedagógicas sem interrupções decorrentes da falta desses materiais, assegurando melhores condições de permanência das crianças nas unidades de ensino, observando os princípios da eficiência, do interesse público e da proteção integral da criança, em consonância com as diretrizes da educação infantil e da gestão responsável dos recursos públicos.

2.2 Da Utilização do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se plenamente justificada em razão das características da contratação pretendida.

A demanda por fraldas descartáveis possui natureza continuada, variável e imprevisível, uma vez que depende diretamente da quantidade de pacientes cadastrados, da evolução dos tratamentos médicos, das prescrições emitidas pelos profissionais da rede municipal de saúde, do surgimento de novos beneficiários, de determinações judiciais e das condições clínicas dos usuários.

Nesse contexto, não é possível estabelecer, com absoluta precisão, o quantitativo que será efetivamente consumido durante toda a vigência da contratação.

A realização de uma aquisição única poderia ocasionar formação de estoques desnecessários, vencimento dos produtos, perdas financeiras e comprometimento da eficiência administrativa.

Por outro lado, a realização de diversas licitações ao longo do exercício acarretaria aumento dos custos administrativos, maior tempo para processamento das contratações e risco de descontinuidade do fornecimento.

O Sistema de Registro de Preços permite que a Administração adquira apenas os quantitativos efetivamente necessários, conforme a demanda apresentada durante a vigência da Ata, assegurando maior flexibilidade, economicidade, planejamento e racionalização dos recursos públicos.

Além disso, essa sistemática amplia a competitividade entre os fornecedores, proporciona melhores condições comerciais, reduz custos operacionais e fortalece o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto na Lei nº 14.133/2021.

2.3 Justificativa do Critério de Julgamento por Item

O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço por item**, considerando que os produtos possuem natureza divisível, são independentes entre si e podem ser fornecidos por diferentes empresas, sem qualquer prejuízo à execução contratual.

A adoção desse critério amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de microempresas e empresas de pequeno porte, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para cada item e contribui para a economicidade da contratação.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Além disso, o fornecimento individualizado permite melhor gestão contratual, facilita a substituição de fornecedores em caso de inadimplemento e reduz os riscos de desabastecimento decorrentes da eventual inexecução parcial do contrato

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinado à futura e eventual aquisição parcelada de fraldas descartáveis infantis e geriátricas.

A escolha dessa solução decorre da natureza variável da demanda, uma vez que o quantitativo efetivamente necessário depende da evolução dos atendimentos realizados pela rede municipal de saúde, inclusão de novos pacientes, altas médicas, alterações de prescrições, decisões judiciais e demais fatores que influenciam diretamente o consumo dos produtos.

A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita que a Administração realize aquisições de forma parcelada, conforme sua necessidade real, evitando formação de estoques excessivos, perdas decorrentes do vencimento dos produtos, desperdícios de recursos públicos e interrupção do abastecimento.

A solução escolhida proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional, economicidade, ampla competitividade entre fornecedores e melhor utilização dos recursos públicos, garantindo o atendimento contínuo da população usuária do Sistema Único de Saúde

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Prazo, Local e Condições de Entrega

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

As entregas serão realizadas somente mediante emissão da competente Ordem de Fornecimento.

O prazo máximo para entrega será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima/SE.

Horário para recebimento: Segunda a sexta-feira das 07h00 às 13h00.

O transporte será de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser realizado em veículos adequados para preservação das condições de higiene, integridade física e qualidade dos produtos.

Todas as despesas com: frete; carga; descarga; seguros; tributos; mão de obra; combustível; encargos trabalhistas; encargos previdenciários; equipamentos necessários serão integralmente suportados pela contratada.

3.2. Da Execução do Objeto

A execução do objeto será realizada de forma **parcelada**, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecimento ocorrerá exclusivamente mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, na qual constarão os quantitativos, os itens solicitados, o local de entrega e o prazo para atendimento.

As entregas deverão ocorrer rigorosamente dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, observando as especificações técnicas dos produtos, as condições de transporte, armazenamento e conservação.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A contratada deverá manter capacidade operacional suficiente para atender simultaneamente todas as solicitações emitidas pela Administração durante a vigência da Ata.

O fornecimento deverá ocorrer sem interrupções, sendo vedada a suspensão unilateral da entrega dos produtos.

Caso a contratada identifique qualquer situação que possa comprometer o atendimento dos prazos estabelecidos, deverá comunicar imediatamente à Administração, apresentando justificativa formal e plano de contingência para evitar prejuízo aos usuários do SUS.

3.3. Sustentabilidade

Em observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá promover práticas sustentáveis sempre que possível.

A contratada deverá:

- priorizar embalagens recicláveis;
- reduzir desperdícios;
- observar normas ambientais;
- realizar transporte de forma ambientalmente responsável;
- promover adequada destinação dos resíduos gerados durante o fornecimento.

Sempre que disponíveis no mercado, poderão ser aceitos produtos fabricados mediante processos produtivos ambientalmente sustentáveis, desde que mantidas as características técnicas exigidas pela Administração.

3.4 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

3.5 Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.2 Da Fiscalização

4.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

4.3 Fiscalização Técnica

4.3.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.3.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.3.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato comunicará ao fiscal administrativo a necessidade de emissão de notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.3.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.3.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.3.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.4 Fiscalização Administrativa

4.4.1 O fiscal administrativo do contrato fará a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

4.4.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

4.5 Gestor do Contrato

4.5.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

4.5.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.5.3 Quando for o caso, o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.5.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.5.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

5.1 RECEBIMENTO

5.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no mesmo dia do ato da entrega, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2 Liquidação

5.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

5.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.3 Prazo de pagamento

5.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

5.4 Forma de pagamento

5.4.1 O pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica (TEV, TED ou DOC) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

5.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

previsto na referida Lei Complementar.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA e adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

6.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado, conforme cada ordem de fornecimento.

6.3 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.3.1 Habilitação jurídica

6.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.3.1.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresasnegocios/pt-br/empreendedor>;

6.3.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da Unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

6.3.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.3.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.3.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

6.3.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

6.3.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

6.3.2.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

6.3.2.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

6.3.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto



ESTADO DE SERGIPE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.4 Qualificação Econômico-Financeira

6.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

6.5 Qualificação Técnica

7.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.5.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.5.3 Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;

a) Descrição dos serviços que foram realizados;

b) Período de execução dos serviços;

c) Assinatura do responsável legal.

6.5.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.5.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.5.6 Licença para o funcionamento da empresa participante, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município sede da licitante, em conformidade com o objeto do contrato social ou Ato Constitutivo equivalente e compatível com o objeto desta licitação

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

7.1 A estimativa financeira é de **R\$ 210.997,20 (duzentos e dez mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos)**.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no(a) respectivo(a) contrato ou instrumento equivalente.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como as quantidades originalmente licitado. Durante a vigência da Ata poderão ser firmados contratos ou emitidas Ordens de Fornecimento conforme a necessidade da Administração.

10. MATRIZ DE RISCOS



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A presente contratação apresenta riscos inerentes às aquisições de bens de fornecimento continuado, os quais foram previamente avaliados pela Administração. Entre os principais riscos identificados destacam-se o eventual atraso na entrega dos produtos, o fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, a possibilidade de desabastecimento em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais pela empresa fornecedora e a oscilação dos preços praticados no mercado.

Com o objetivo de minimizar tais riscos, a Administração adotará medidas preventivas consistentes na elaboração de especificações técnicas claras e objetivas, fiscalização permanente da execução contratual, conferência dos produtos no ato do recebimento, exigência de substituição imediata dos itens que apresentarem irregularidades, controle dos estoques para evitar desabastecimento, emissão das Ordens de Fornecimento de forma planejada e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 sempre que constatado o descumprimento das obrigações assumidas.

Considerando a natureza comum do objeto, a ampla oferta de fornecedores no mercado e a adoção do Sistema de Registro de Preços, conclui-se que os riscos envolvidos são classificados como de baixa a média complexidade, sendo plenamente administráveis mediante adequada fiscalização e gestão da Ata de Registro de Preços, não havendo impedimentos que comprometam a viabilidade da contratação.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 11.1.8 a 11.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.12 deste Termo de Referência;

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

11.6 É da competência a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações seguir dispostas:

12.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.7 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Contratante;

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 O Município de Santa rosa de Lima obriga-se:

13.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

13.7 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

13.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Flavia Maria dos Anjos Santos
Assistente Administrativo